

Rabello acha que falta uma política econômica

O economista Paulo Rabello de Castro, redator-chefe da revista **Conjuntura Econômica**, da fundação Getúlio Vargas, reafirmou ontem que falta um plano articulado de política econômica para o governo e que a população brasileira está merecendo mais respeito, porque já passou por três anos de duros sacrifícios para enfrentar o que se denominou, na época, de ajustamento externo. Agora está sendo ameaçada novamente para que se possa resolver a situação financeira interna, que o ministro Francisco Dornelles classificou de "caótica".

Rabello de Castro, que também é professor da FGV, disse que é preciso que a situação econômica seja esclarecida perante a Nação, afim de que esteja consciente dos sacrifícios que faz. Acho necessária, por outro lado, a decisão política de mostrar aos credores externos que o Brasil cumpriu com o seu papel durante a crise financeira internacional, quando um grande número de bancos estrangeiros estavam ameaçados de bancarrota.

Para cumprir esse papel, afirmou o economista que o Brasil "sangrou" juros enormes, spreads e comissões altíssimas ao Exterior. "Agora, é necessário que o credor fortalecido reformule sua postura diante do devedor numa nova rodada de negociações que inclua novos prazos de pagamentos da dívida, eliminação de spreads e comissões, fixação de tetos para juros e, eventualmente, estabeleça juros fixos e busque fortes incentivos para transformar boa parte do capital de empréstimos em capital de risco." Nesse sentido, lembrou que a maioria das ações brasileiras em bolsas de valores estão com preços atrativos.

SITUAÇÃO INTERNA

No plano interno, o professor da FGV destacou que falta ainda decisão política na política econômica. "Falta definir, por exemplo, se vamos eliminar os subsídios ao trigo, ao petróleo e ao açúcar e fazer uma inflação corretiva inicial para eliminar déficits futuros e maiores pressões inflacionárias. Enquanto não se definir como sanear o déficit, ele continuará crescendo de forma desordenada. Sabemos apenas que Dornelles está reavaliando o déficit público e fará uma exposição ao Congresso sobre o assunto no dia 8", afirmou.

A seu ver, com esse déficit, o programa de emergência criado pelo ministro João Sayad pode tornar-se mais uma fonte inflacionária, caso não se defina a fonte de recursos, se estes são disponíveis e suficientes para que a sociedade não fique cética, acreditando ser mais um programa sem recursos e de caráter inflacionário.

Rabello de Castro afirmou ainda que a dívida social do governo é muito alta. Assim, não é possível administrar esses programas de forma inflacionária (pela emissão de moedas ou de títulos governamentais). Destacou também que não foi dito pelo ministro João Sayad quais os setores que receberiam os cortes para que sobrassem recursos para o Programa de Emergência.

Nesse sentido, ele entende que não será possível ao governo apresentar novos recursos, sem fazer antes uma profunda reestruturação da dívida interna, com uma desindexação corajosa que elimine toda a correção monetária para contratos inferiores a um ano, bem como uma organização abrangente do Estado-empresário.